

Análises e descrição do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM): conceitos e perspectivas do movimento

Dhemerson Martins Gonçalves

Discente da faculdade de geografia e cartografia da UFPA e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)

E-mail: dhemersonmartins2@gmail.com

Resumo

O presente artigo sustenta as discussões sobre as relações de poder desempenhadas por empresas mineradoras na configuração territorial brasileira. E também destacando a contradição do capital mineral com o tal “desenvolvimento” com a cadeia produtiva da mineração, gerando assim um movimento contrário ao atual modelo mineral sendo esse o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM). Para tanto, a fundamentação do artigo está em dados retirados de leituras sobre o debate da questão mineral e também a formação de formadores do movimento. Além da introdução e das considerações finais, na primeira parte estando destacado as lutas de resistência à nacionalização do movimento. Na segunda, foi elencada a parte por um novo modelo de mineração, destacando a formação de formadores do MAM, como parte desse processo.

Palavras-chave: Mineração, Território, MAM

Introdução

Os processos de formação das regiões brasileiras se dão ao longo das décadas, mas no que tange a divisão de regiões na lógica da Divisão Territorial do Trabalho (D.T.T.), descrita por Corrêa (2011), “as regiões podem ser reconhecidas como expressão de uma nova Divisão Territorial do Trabalho vinculada à dinâmica da acumulação capitalista internacional e brasileira e aos numerosos conflitos de classe. Ambas por sua vez, impactaram sobre a natureza e a organização espacial prévia que já se caracterizava por enorme desigualdade” (CORRÊA, 2011, p. 199). Essa dinâmica da

D.T.T. é a que mais chama a atenção, onde o autor destaca a região amazônica como única e apenas exportadora de matérias primas (minérios, grãos e energia).

A lógica destacada por Corrêa (2011), anexa a um patamar “di-visão” das multinacionais do mundo globalizado – destacando as mineradoras- sobre aos territórios amazônicos, visando o desenvolvimento capitalista para os agentes hegemônicos e subdesenvolvimento para a sociedade civil, que residem e resistem nesses territórios. Segundo BENKO (1996), citado por Vicente Pereira (2006), “A ideia e prática atual desses agentes hegemônicos da economia são, no contexto do atual capitalismo globalizado, encontrar o lugar (no conjunto de território nacional) que mais satisfaça os seus interesses produtivos” (VICENTE PEREIRA, 2016, p.64).

O território paraense de toda a região amazônica é um dos mais ricos no que tange a recursos minerais. Segundo dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM, 2011) e do SIMENRAL (2013), citados por Palheta da Silva (2013), “35 municípios paraenses possuem em seus territórios atividades de mineração ligadas a indústria de transformação, à pesquisa mineral e a indústria extrativa, localizadas especificamente em diferentes grupos econômicos explorando-as” (PALHETA DA SILVA, 2013, P. 33 e 34).

A exploração mineral no estado do Pará especificamente na região de Carajás, sudeste do estado com o Projeto Grande Carajás (PGC), tem arrecadado as mineradoras, de acordo com Coelho (2015),

“Que excluindo os períodos de 1984-1985 e 1991-1994, foram retirados de Carajás 1,624 bilhões de toneladas métricas de minério de ferro. Este montante de minério retirado de Carajás teria valor aproximadamente de US\$. 197.177 bilhões. O valor é muito maior do que o exposto, por causa da exclusão dos dois períodos citados acima, por não ter sido considerada a exploração de outros minérios e por causa do teor de ferro da hematita ser em média superior a 65%” (COELHO, 2015, P. 55).

E os municípios mineradores ficando apenas com os repasses do estado e da união, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), e a Compensação

Financeira pela Exploração Mineral (CFEM). Segundo o DNPM (2011) citado por Palheta da Silva (2013), “o estado do Pará é o segundo maior arrecadador de CFEM, tanto que no ano de 2010, sua receita total foi de mais de trezentos milhões de reais (R\$ 314.845.129,95), um acréscimo de 29,80% em relação ao ano de 2009” (PALHETA DA SILVA, 2013, p. 41).

Ademais, segundo as pesquisas de Medeiros (2016), “só os municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás, municípios que juntos em 2014 foram reesponsáveis por mais de R\$ 8 bilhões na balança comercial brasileira, dessa quantia somente em com a CFEM os municípios arrecadaram cerca de R\$ 369 milhões em Parauapebas e R\$ 32 milhões em Canaã dos Carajás” (MEDEIROS, 2016, p. 408).

E sobre a égide do grande capital mineral pelas leis do código mineral brasileiro os a sociedade civil dos municípios mineradores são menos beneficiados, sem condições básicas de vida, sem infraestrutura, sem condições básicas de saúde, educação, os conflitos territoriais e entre outros problemas sociais. E sobre todas as “regalias” deixadas pela dinâmica do capital mineral, restam a sociedade civil principalmente dos municípios mineradores às lutas de resistência. E de acordo com Coelho (2015), “a principal iniciativa frente a essa expansão mineradora marcando os trinta anos de Carajás, e como expressão das tarefas políticas do MST Pará é a formação do movimento nacional pela soberania popular na mineração (MAM)” (COELHO, 2015, p. 72). Pautando a luta por um novo modelo de mineração enquanto bens estratégicos para a sociedade brasileira.

Das lutas de resistência à nacionalização

Não há como falar da luta de resistência no estado do Pará, sem mencionar os ribeirinhos, quilombolas, indígenas, as comunidades tradicionais, e também marcados pelos conflitos na luta pela terra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pois ao longo dos seus trinta anos de resistência mostram-se nos territórios

paraenses, especificamente no sudeste do estado como um dos atores sociais que também sustentam as lutas de resistência popular.

E tendo como principais ações no sudeste do estado as atividades mineradoras, o MST também toma como bandeira de luta a resistência contra ao modelo de atual de mineração do país. Porque segundo Coelho (2015), “com a expansão da mineração no Brasil, áreas que poderiam ser utilizadas para fins de reforma agrária e por pequenos agricultores tornam-se alvo das mineradoras” (COELHO, 2015, p. 68). E tendo como iniciativa frente ao atual modelo mineral e com expressão das tarefas políticas do MST Pará, é a formação do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM).

A necessidade de se debater a questão mineral e enfrentar o modelo de mineração atual surge a partir da organização da sociedade civil brasileira, organização essa como movimento social, que abrange todo um âmbito político do estado brasileiro. O debate da mineração como movimento social surge a partir da jornada de lutas em defesa da reforma agrária e dos recursos naturais do povo brasileiro na região de Carajás, sudeste do Pará, no ano de 2007, a jornada durou cerca de 60 dias e teve como principal ação a ocupação dos trilhos da então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) hoje denominada apenas como Vale.

Dois anos depois há outra intervenção no que tange as articulações do movimento, agora no município de Juruti oeste do estado do Pará, território esse utilizado pela mineradora Alcoa para exploração de Bauxita.

De acordo com Coelho (2015)

“Em 2009, eclode a luta na comunidade de Juruti velho, no município de Juruti, no oeste do Pará, contra a exploração de bauxita pela mineradora Alcoa. O movimento juruti em ação criou uma jurisprudência original e que intervém diretamente no faturamento da empresa na região. É a primeira comunidade do Brasil que recebe um fundo social gerido pelos próprios moradores, correspondente a 1,5% da arrecadação da lavra da bauxita na mina de juruti. Isto aconteceu após vários dias de ocupação dos moradores de juruti na área de instalação do projeto da Alcoa” (COELHO, 2015, p. 74).

Essas lutas em defesa dos povos e territórios tradicionais foram de suma importância para a criação do MAM, logo após a esses acontecimentos no estado do Pará desponta a necessidade de debater tal questão a nível nacional, tendo como ideologia de que só a nacionalização do movimento para ter influência no debate da questão mineral.

E partindo da premissa de que só com a nacionalização o movimento teria influência no debate da questão mineral é que no ano de 2012, há a primeira reunião a nível nacional de articulação do movimento em Parauapebas sudeste do estado paraense com presença de 36 pessoas de 8 estados brasileiros e onde foi elaborado a primeira versão do documento básico do MAM e também ficou assegurado que a partir dali continuariam se encontrando para construir o MAM. E no ano seguinte houve a segunda reunião nacional essa realizada em Brasília com representantes de 17 estados e nesse momento contribuíram com a função do comitê nacional frente a mineração.

E tendo também como forma de consolidar a nacionalização foi a formação de formadores do movimento, essa formação foi dada por meio ao curso de introdução ao problema mineral brasileiro. O curso teve como função, a espacialização do movimento, principalmente em territórios mineradores, e como militantes do movimento para compreendermos como atuar em nossos municípios, tivemos como forma pratica o trabalho de campo na região do Vale do Ribeira no município de Cajati estado de São Paulo. Onde realizamos intervenções e compreendemos como atuar em nossos municípios, para assim nacionalizar o movimento.

Por um outro modelo de mineração

O processo de mineração desenvolvido no estado brasileiro, completamente alocada na lógica do capitalismo dependente e que não representa a soberania do povo brasileiro e que só diz respeito aos agentes hegemônicos do capital mineral, onde essas multinacionais da indústria mineral que dizem trazer o tal “desenvolvimento” mas que na verdade utilizam o território – entendido aqui como relações de poder – apenas para reprodução do excedente do capital mineral para beneficiamento próprio. Segundo

Pereira (2006) “a atual lógica do uso do território pelas grandes empresas, em se tratando do caso brasileiro, acaba praticamente por negar toda e qualquer ideia de um projeto autônomo de desenvolvimento, ou seja, de um desenvolvimento verdadeiramente a partir do lugar e para os anseios do lugar” (VICENTE PEREIRA, 2006, p. 65).

Podemos perceber essa lógica da produção mineral e reprodução do excedente do capital mineral e também do agronegócio, no trabalho de campo do curso de formação de formadores do MAM. Onde o município de Cajati, tem na sua conjuntura a exploração mineral e o agronegócio com a monocultura extensiva da banana.

A indústria mineral surge com o então grupo S.A. *Moinho Santista*, que faz a descoberta de minérios, especificamente o fosfato nos anos de 1940 e que hoje é a maior mina de fosfato bi cálcico do país. A região do vale do ribeira possui um grande polo industrial representado por três mineradoras atuantes na atualidade, a empresa norte americana *Mosaic fertilizantes*, que atualmente é quem faz a exploração dos recursos no município de Cajati como um complexo minério-químico que está localizada as proximidades da comunidade tradicional Vila Brás, território de Cajati. Outra empresa que explora o minério na região é a empresa *Fósbrasil* e por último uma das empresas mais estabelecidas no país na exploração de cimento a *Inter cement*.

O município de Cajati é um dos 22 municípios paulista da região do Vale do ribeira, a região de Cajati está em torno de 30.000 habitantes e é uma cidade que é rodeada pela mineração e o agronegócio, o território rural é composto por comunidades tradicionais, uma delas é a comunidade Vila Brás localizada a 6 quilômetros da cidade de Cajati, com população aproximadamente 60 famílias.

O território entendido aqui segundo (SANTOS, *et. al.* 2000), citado por Vicente Pereira (2006),

“Como o espaço socialmente usado, é o *locus* onde são produzidas as ações dos homens, das empresas, dos estados e demais instituições sociais, ou seja- o território pode ser compreendido como sinônimo de espaço geográfico, espaço

esse resultante das práticas de todos os agentes, que envolve todas as ações e todos os interesses sociais.” (VICENTE PEREIRA, 2006, p. 63).

E a comunidade Vila Brás está centralizada em meio a esse conflito pelos recursos do território, contra dois agentes hegemônicos do capitalismo internacional a mineradora Mosaic fertilizantes e contra ao agronegócio que se estende pela monocultura extensiva da banana que está praticamente nas janelas das casas da comunidade.

A mineração do território se dar por meio do complexo minério-químico (figura 1) que está a menos de três quilômetros da comunidade, onde funciona a fabricação dos ácidos fosfórico e sulfúrico e outras matérias químicas, onde houveram casos de vazamento de gases tóxicos, causando problemas de saúde na localidade, por motivo do funcionamento do complexo ser tão próximo da comunidade.

Figura 1: complexo minério-químico



Fonte: Gonçalves (2017)

Entre tantos problemas sociais e ambientais as comunidades do município de Cajati e outras regiões próximas correm o grande risco, igual ao crime ambiental ocorrido no dia 5 de novembro de 2015 no distrito de Bento Rodrigues no município de Mariana Minas Gerais, com o rompimento da barragem de fundão da empresa Samarco.

A comunidade está a menos de dois quilômetros da barragem de rejeitos da empresa (figura 2).

Figura 2: barragem de rejeitos da Mosaic fertilizantes



Fonte: Gonçalves (2017)

Como se não bastasse a destruição social, econômica e ambiental que a mineradora delega a comunidade Vila Brás, insere-se ainda no que tange a disputa pelo território o agronegócio com a monocultura extensiva da banana, que começa a ser notada desde o início da região do Vale do ribeira e na comunidade Vila Brás não é diferente, o território é tomado pelos latifundiários da monocultura da banana (figura 3). A economia da comunidade gira em torno do bananal, gerando outros problemas sócias, econômicos e ambientais pois o morador da comunidade não tem outra forma de economia a não ser trabalhar no bananal, e estando expostos a pulverizações de produtos químicos sobre o bananal (figura 4).

Figura 3: monocultura extensiva da banana



Fonte: Gonçalves(2017)

Figura 4: pulverização do bananal e na comunidade



Fonte: Gonçalves (2017)

Na região onde a comunidade é esmagada pela disputa pelo território entre grandes agentes econômicos, que de um lado tem-se a mineradora explorando os minerais da região e de outro a monocultura extensiva da banana com o monopólio da terra, e a comunidade Vila Brás totalmente espremida pelos poderes econômicos contrariando assim o tal modelo de desenvolvimento das mineradoras e do agronegócio. Essa contradição existente onde apenas os agentes que detém o poder são beneficiados e os atores sociais são descartados sem as mínimas condições básicas de vida.

As condições de vidas na comunidade Vila Brás não são diferentes dos outros municípios mineradores. Por isso o movimento pela soberania popular na mineração surge, e em suas linhas políticas um outro modelo de mineração, um modelo soberano sobre o controle da sociedade civil brasileira, respeitando os povos tradicionais, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, pescadores, agricultores familiares, e com o tão esperado desenvolvimento para a sociedade brasileira.

Para isso é preciso a organização do povo para a luta por um novo modelo de mineração enquanto bens estratégicos para a sociedade; e que exerça soberania popular sobre os bens naturais do povo brasileiro, seguindo os objetivos do movimento e também as linhas políticas do comitê nacional em defesa dos territórios frente a mineração.

Considerações finais

O novo modelo de mineração com soberania da sociedade civil sobre o controle dos seus bens estratégicos e com autonomia para criar um novo código mineral brasileiro, que respeite os povos tradicionais, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, agricultores familiares e também os territórios frente a dinâmica de escoação dos recursos minerais. Segundo Palheta da silva (2013)

É necessário garantir às populações atingidas pelos grandes projetos de mineração seus direitos, não somente no uso dos recursos naturais, mas também a multiplicidade de experiências de usos do território pela sociedade, diferentemente das empresas de mineração, para garantir assim suas territorialidades. É, preciso garantir que o Estado Nacional seja forte e torne forte o Estado Paraense para resistir às pressões internacionais, e assim, o uso dos recursos naturais – como os minerais – sirva à própria lógica do desenvolvimento do Estado Nacional e Local, a serviço de sua sociedade. Se a política de ordenamento territorial continuar sendo construída sem a presença efetiva da sociedade civil, não teremos novidades, além da aceleração

da exportação dos minérios para outros países com pouca agregação de valor ao trabalho e ao produto [...] (PALHETA DA SILVA, 2013, p. 257).

E sobre esse contexto, o Movimento pela Soberania Popular na Mineração torna-se um dos novos atores sociais que sustentam uma organização para lutar por um novo modelo de mineração para a sociedade brasileira. E esse modelo de mineração tendo como objetivo a soberania popular e em defesa dos povos tradicionais, são lutas que devem ser construídas conjuntamente pela classe trabalhadora do povo brasileiro, por meio da organização e também a partir da concepção de que mundo que queremos construir.

Referenciais bibliográficas

- CORRÊA, R. L. Trajetórias Geográficas. Rio de Janeiro, *Bertrand Brasil*. 2011
- COELHO, T. P. Projeto Grande Carajás: Trinta anos de desenvolvimento frustrado. Marabá, *Iguana*. 2015 (A Questão Mineral no Brasil, v. 1).
- MEDEIROS, G, R, N. MEDEIROS, M, V, B. Território, Territorialidades e responsabilidades social das empresas mineradoras na mesorregião sudeste do Pará-Brasil. Belém. *GAPTA/UFPA*. 2016 (PRODUÇÃO DO ESPAÇO E TERRITORIALIDADE NA AMAZÔNIA PARAENSE: elementos para a análise geográfica).
- PALHETA DA SILVA, J, M. Território e Mineração em Carajás. Belém. *GAPTA/UFPA*. 2013
- TROCATE, C. ZANOM, M. VIEIRA, J. Elementos constitutivos do MAM. Marabá. *Iguana*. 2015
- VICENTE PEREIRA, M, F. O território sob o “Efeito Modernizador”: a face perversa do desenvolvimento. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. v. 8, n. 13. 2006

